

Por isso que eu vim aqui hoje falar sobre isso. O nosso total apoio aos professores, ao estado de greve. Se houver greve, nós estaremos juntos com os professores, apoiando a greve, mas, sobretudo, nós estamos aqui fazendo a defesa da convenção coletiva. A convenção coletiva tem que ser respeitada, porque ela foi estabelecida nos marcos legais com apoio da Justiça do Trabalho e agora eles estão se aproveitando, os donos das escolas particulares, sobretudo os donos das grandes escolas, dos grandes grupos econômicos que dominam essas escolas particulares estão se aproveitando da reforma trabalhista - da nefasta reforma trabalhista - para impor esses cortes e esses ataques aos nossos professores. Têm todo o nosso apoio.

Sr. Presidente, já protocolei um requerimento na Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, da qual faço parte, exigindo a presença e convocando o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo.

Queremos que ele venha aqui explicar esses cortes e esses ataques aos direitos trabalhistas que foram conquistados, como eu disse, com muita luta, através da luta dos professores, do Sinpro (Sindicato dos Professores da Rede Particular) e da Fepesp, que é a Federação de Professores do Estado de São Paulo. A Fepesp e o Sinpro estão nessa luta e têm todo o nosso apoio.

Queremos a presença imediata do presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, para que ele explique esse ataque aos direitos trabalhistas e aos professores, que vai prejudicar os alunos das escolas particulares. Os alunos serão prejudicados porque vão precarizar o trabalho dos professores e os direitos. Com isso haverá, com certeza, uma precarização da oferta da qualidade de ensino.

Por isso quero registrar, para concluir, Sr. Presidente. Primeiro, que estamos tomando providências pela Assembleia Legislativa, pela nossa Comissão de Educação. Hoje mesmo, falei com o presidente da Fepesp, Celso Napolitano, dessa nossa iniciativa. Vamos realizar audiência pública aqui em apoio aos professores. Já estive em algumas assembleias do Sinpro daqui de São Paulo. Participei de manifestação no Largo da Batata com os professores, sempre na defesa da convenção coletiva.

Vamos continuar essa luta. Peço o apoio de todos os deputados comprometidos com a Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins, pelo tempo regimental.

O SR. MARCOS MARTINS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde.

Gostariamos de trazer, primeiro, uma informação. E, segundo, falar sobre os fatos que estamos vivendo no Brasil de hoje: Vossas Excelências sabem que a nossa bancada, sua grande maioria, deve ter visitado ou visitará Curitiba para prestar homenagem ao Lula, pela injustiça obtida contra o Lula, contra a democracia e contra a soberania do País.

Eu pessoalmente, não poderei estar presente, porque terei uma audiência pública aqui. Não sei se está lá no painel ainda, se é possível o Machado transmitir. É uma audiência pública que fala sobre o benzeno, que é uma lei aprovada, de nossa autoria, com muito sacrifício, porque tinha sido vetada pelo governador.

É um produto cancerígeno, e essa lei não trazia nenhum recurso contra o Estado, não custava nada, porque é exatamente o que tem nas bombas de combustíveis: respeitar o automático, a trava, o gatilho da bomba, para não evaporar, não contaminar as pessoas e o meio ambiente e não estragar os carros. É uma lei tão simples! Precisa ser preservada a saúde e o meio ambiente. Conseguimos derrubar esse veto e agora é lei.

Vamos fazer uma audiência amanhã, aqui no Auditório Teotônio Vilela, para discutirmos a aplicação dessa lei. Aqui é difícil aprovar uma lei - e depois nós temos que fiscalizar a aplicação dessa lei. São tantos obstáculos para defender a Saúde, o Meio Ambiente, a democracia - é tão difícil e aqui também nós temos os obstáculos.

Na Comissão de Saúde, nós tivemos várias dificuldades. Por isso, eu não estarei presente lá. Mas, estaremos acompanhando todo o desdobramento e eles levam o meu apoio, a minha solidariedade à luta contra esse desmonte do País realizado depois de um golpe que foi dado, aparentemente contra a Dilda, mas que hoje a população percebe na pele que é contra o povo, é contra os nossos direitos, é contra o direito do trabalho e a previdência. Querem transformar a previdência em uma previdência privada - é isso que está por trás - para obrigar aqueles que querem se aposentar a ter que pagar convênios privados para o futuro, sabe Deus como, e a próxima geração não ter o direito de se aposentar.

Esse é o desmonte que está aí contra a população: a entrega das terras brasileiras! A Amazônia sendo entregue para a exploração internacional, descaradamente! E cadê a nossa soberania?

Nós já temos um problema sério com relação à água. Eu não sei se vocês já observaram. Tem água que compramos em uma garrafinha de plástico - é uma água nossa, mas tem o nome de uma multinacional americana. Como se nós tivéssemos comprando água americana! Ou uma outra que é da Suíça. E eles tentam explorar a água aqui no Brasil a todo o custo.

Por esse desmonte, eu gostaria de registrar a minha solidariedade à luta que o Lula trava, mesmo preso, às suas ideias, aos seus pensamentos, às suas ações realizadas para melhorar esse Brasil, melhorar a previdência e o trabalho. O salário mínimo, pela primeira vez, teve um aumento real na vida por tudo isso. O que o Lula fez merece o nosso respeito e a nossa solidariedade. Essa luta vai se ampliar!

Não sei se deu para perceber que a própria mídia não tolera mais a prepotência - e existem jornalistas descontentes, que não aceitam mais, que estão rebeldes a esse quadro de coisas que estão sendo faladas para iludir a população. Nós sabemos que outros dirão “não” também. A própria mídia, os seus jornalistas, que são diferentes do dono da empresa, não concordam com esse desmonte e com esse monte de enganção da grande mídia fazendo com que a população acredite naquilo que interessa para eles que fizeram parte do golpe e, agora, querem que a população acredite n aquilo que ajudaram a fazer.

Eu encerro o meu registro dizendo que nós temos audiência amanhã, 12 de abril, às 14 horas, para discutir os riscos do benzeno, que é um produto cancerígeno. A população precisa ter conhecimento e ajudar a cobrar a lei para funcionar.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados: venho a esta tribuna para fazer um apelo ao secretário estadual da Saúde e ao secretário estadual da Educação para somarem forças visando um plano especial, principalmente junto às nossas escolas e jovens, deixando claro: o cigarro é um grande mal para a vida de todos nós!

O Brasil gasta mais de um bilhão de reais no tratamento de doenças provocadas pelo vício do cigarro. No entanto, nós não vemos uma ação clara e objetiva no sentido de esclarecer perante a opinião pública a gravidade de consumir cigarro. Cigarro é um vício que causa doenças, principalmente o câncer. Ele causa câncer do estômago, do esôfago, na boca e em outras partes do corpo.

Sem dúvida alguma, o cigarro vem sendo motivo da morte de muitos brasileiros. Já houve um tempo - com as propagandas então feitas - em que se passava a imagem de que fumar era bonito. Hoje, graças a Deus, já há um conceito diferente: fumar é feio, é um absurdo, é um suicídio. Com isso, nós já temos algumas medidas. Em locais fechados, em restaurantes e em salões, por exemplo, não se pode fumar.

Vemos, portanto, aquele viciado sendo obrigado a sair daquele salão ou restaurante para ir fumar lá fora. Devemos orientar, principalmente as crianças e os jovens, para que a nova geração não se entregue a esse perigoso vício. Agora, como algumas campanhas tem diminuído um tanto o consumo do cigarro, as indústrias produtoras resolveram colocar no cigarro determinados produtos lhe dando um sabor agradável na boca, inclusive tendo perfume.

Com isso, fazem com que seja gostoso fumar. Além do vício, a pessoa sente prazer no uso do fumo. O que nós defendemos? Vamos às escolas, colocar cartazes nas classes para que os alunos, ao aprenderem português, aritmética, geografia e tantas outras matérias tenham também, através desses cartazes, a informação e a formação de que o cigarro mata, vicia e se transforma num verdadeiro suicídio a quem fuma.

Então, eu pediria para o secretário da Educação fazer, junto aos diretores de escola e aos professores, uma campanha muito séria de esclarecimento para os jovens sobre os riscos do cigarro para a saúde da população brasileira.

E então, somando as forças da Secretaria da Saúde com a Secretaria da Educação, eu tenho certeza: essas crianças e jovens, sendo bem esclarecidos sobre esta questão, quando chegarem em casa e tiverem um pai, uma mãe, um avô, uma avó ou alguém na família fumando, serão os primeiros a dizer-lhes que fumar é um vício causador de câncer e que câncer mata!

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.
O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado João Paulo Rillo e suspende a sessão até as 16 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

\*\*\*

- Suspensa às 15 horas e 16 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 32 minutos, sob a Presidência do Sr. Doutor Ulysses.

\*\*\*

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Sr. Presidente, passo a ler questão de ordem, que estou protocolando, em relação ao Projeto de lei nº 199, de 2018, de autoria do Poder Executivo.

Exmo.

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo DD. Deputado Cauê Macris.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência no sentido de levantar, questão de ordem, nos termos regimentais, em relação ao Projeto de Lei nº199 de 2018, de autoria do Poder Executivo pelos motivos seguintes:

O referido Projeto de Lei ao ser elaborado deixou de incluir em seu Artigo 5º o §1º, incorrendo em vícios intransponíveis a nosso ver faz a citação deste mesmo parágrafo quando cita §2º deste mesmo artigo 5º

In Verbis

Artigo 5º- No âmbito dos serviços compreendidos em suas finalidades e campo de atuação constantes do Artigo 4º desta Lei, o Departamento de Estradas de Rodagem tem suas atribuições.

I,
II,
III,
IV,
V,
VI,
VII,
VIII,
IX,
X,
XI.

§2º-No exercício das atribuições previstas no §1ºdeste Artigo, o Departamento de Estradas de Rodagem observará as competências específicas da Autoridade Marítima.

A nosso ver citação absolutamente desconexa, pois o projeto não contempla em seu texto o §1º.

Inobstante este vício na elaboração da propositura e outra de menos gravidade se justapõe e daí a necessidade de remeter ao Poder Executivo para reestudo da matéria tendo em vista a relevância e o mérito que este projeto envolve;

Isto posto levanto esta questão de ordem para que, antes que esta E. Casa inicie as discussões desta matéria nas Comissões Permanentes Requeiro, a esta Presidência considerando a sua atuação sempre diligente, que se devolva a origem sem análise de mérito para que os órgãos competentes possam sanear a referida propositura para não prejudicar a continuidade do processo legislativo.

Nestes Termos

P. E. Deferimento

Orlando Bolçone

Deputado Estadual

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Esta Presidência recebe a questão de ordem trazida por V. Exa. e a devolverá oportunamente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, primeiramente gostaria de registrar as honrosas presenças das professoras, dos professores e dos servidores da Educação municipal nesta Casa. Acabamos de realizar um grande programa no estúdio da TV Alpes sobre a greve dos servidores municipais, que foi responsável pela derrota do Sampaprev.

Essa greve derrotou aquele projeto nefasto do ex-prefeito - graças a Deus - Dória, de destruição da Previdência municipal, que ia confiscar salários e privatizar, entregando a previdência dos nossos servidores municipais para o capital privado, para os bancos e para as empresas privadas. Esse projeto foi derrotado graças a um grande movimento que virou hoje símbolo de resistência no Brasil.

Estão presentes hoje nesta Casa a professora Luciana Xavier, a professora Luciene Cavalcanti, a professora Cristine Polonio e o educador do quadro de apoio, que também faz parte da Educação, Alexandre Kombi. Vocês fizeram parte da história da luta dos servidores municipais, derrotando uma proposta nefasta que, se fosse aprovada em São Paulo, poderia ser aprovada em vários municípios do Brasil. Graças à mobilização que vocês fizeram, houve essa grande vitória. E faço um alerta, porque se o Dória for eleito - e não será -, ele pretende implantar o Sampaprev também na rede estadual, destruindo o que resta da Previdência do estado. Então, é uma honra receber vocês aqui na Assembleia Legislativa. Parabéns pela mobilização de vocês.

Aproveito, nos poucos minutos que me restam na minha intervenção de hoje, para dizer que estive na Funarte na segunda-feira, participando de uma grande assembleia organizada pelo Sindicato dos Artistas e Técnicos do Estado de São Paulo. Eles estão numa grande luta contra uma ADPF que será julgada no Supremo Tribunal Federal no próximo dia 26. É uma ADPF contra a regulamentação da profissão de artista. Os propositores da ADPF estão se aproveitando, agora, da reforma trabalhista e da lei da terceirização - essas reformas nefastas aprovadas pelo governo Temer e seus aliados - para precarizar ainda mais a situação dos artistas do Brasil, acabando com a profissão.

Inclusive, há uma grande campanha, da qual tenho aqui um cartaz: “profissão artista”. Os artistas estão com um grande movimento para que a ADPF no 283 seja derrotada no STF, porque ela atenta contra a profissão, os direitos e a dignidade dos artistas brasileiros. Eles são os que vivem da arte; são os operários da cultura brasileira. Mas estão sendo ameaçados por essa ADPF, no bojo da destruição de direitos trabalhistas.

Os propositores da ADPF estão se aproveitando da reforma trabalhista para precarizar ainda mais a situação já precarizada dos contratados trabalhistas dos artistas brasileiros. Participei dessa assembleia, extremamente concorrida e lotada, com quase 1.000 pessoas, artistas. Faremos todo o esforço para que os ministros do STF entendam que essa profissão é importante e deve ser mantida regulamentada exatamente do jeito como está. Então, todo nosso apoio à regulamentação da profissão dos artistas, dos técnicos e dos músicos, que sempre defendemos aqui na Assembleia Legislativa.

Quero fazer o registro de que vamos acompanhar a questão. Nossa bancada do PSOL já está fazendo gestões, marcando uma audiência com os ministros para os próximos dias, no Supremo Tribunal Federal. Estamos dando à população, visibilidade e conhecimento em relação ao que vem acontecendo, como fiz agora com os professores das escolas particulares, que também estão sendo atacados no seu direito ao dissídio coletivo e na sua dignidade.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela vice-liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo Art. 82, pela vice-liderança da Minoria.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar nossa indignação e revolta com essa decisão da Arsesp, ao aprovar uma resolução que é um verdadeiro absurdo, um dos maiores contrassenso da história do estado de São Paulo. A Arsesp, que em tese cuida da energia e saneamento do estado de São Paulo, está aprovando uma resolução para que a Sabesp aumente a tarifa de cobrança de água no estado de São Paulo para quem consumir menos água; ou seja, se você consumir menos água, você pagará mais! É um verdadeiro absurdo, um contrassenso.

Isso tudo, segundo ela, é para manter o equilíbrio econômico da empresa estatal, a Sabesp, sendo que metade dela foi privatizada, entregue à Bolsa de Valores de Nova Iorque. Eles estão fazendo isso justamente para que esses investidores, sobretudo os americanos, tenham lucro, para que eles não percam sua margem de lucro em cima de suas ações. Eles investem na Sabesp, na Bolsa de Valores, e querem lucro.

Então, a Arsesp, que é a agência reguladora, ao invés de se colocar a favor da população e da empresa, coloca-se ao lado dos investidores da Bolsa de Valores de Nova Iorque. É um verdadeiro contrassenso. Vamos reagir veementemente em São Paulo contra essa proposta. A pessoa que diminuir o consumo de água vai pagar mais! Essa é a resolução que está sendo aprovada pela Arsesp, autorizando a Sabesp a elevar o valor de cobrança da tarifa.

Nós acabamos de sair de uma crise hídrica em São Paulo, que só foi resolvida graças a São Pedro, à natureza, que devolveu as chuvas ao estado de São Paulo. Se não fosse isso, estaríamos em um caos ambiental, principalmente nos centros urbanos.

A incompetência dos governos tucanos - em todas as áreas, inclusive nessa - nos levou a toda essa situação. Os tucanos destruíram a Educação Pública, a Segurança Pública e a Cultura. A Saúde foi toda privatizada e degradada no estado de São Paulo. Se não fosse a natureza mandando chuva, estaríamos sem água em São Paulo, pois o governo não fez os investimentos e planejamentos devidos.

Agora, para beneficiar os investidores, estão aprovando essa resolução. Vamos contestá-la no Ministério Público, no Tribunal de Contas, na Justiça e nas comissões permanentes da Assembleia Legislativa. Vamos organizar manifestações em todo o Estado para que isso não ocorra.

Já foi anunciado, a imprensa toda está divulgando. Já estamos recebendo moções de repúdio a essa decisão de várias câmaras municipais de todo o Estado. É surreal! Quem diminuir o consumo de água em sua casa vai ter uma elevação da tarifa! É um absurdo total! Isso só acontece no estado de São Paulo, no Tucanistão! Mas vamos reagir à altura. Espero que a Assembleia Legislativa não se curve a essa decisão e reaja veementemente.

Então, Sr. Presidente, essa é a posição do nosso mandato e também da bancada do PSOL. Espero que haja o apoio dos 94 deputados e deputadas, que, em tese, foram eleitos para defender a população e não o poderio econômico de investidores de Nova Iorque, que investem na Sabesp e têm altos lucros em cima de uma estatal que é pública e que não deveria nunca ter sido privatizada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Esta Presidência, em nome de toda a Assembleia Legislativa, lhes saudar e parabenizar os professores presentes e desejar-lhes sempre muito sucesso em sua nobre empreitada. Parabéns!

O SR. CÁSSIO NAVARRO - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero fazer uma comunicação breve para falar sobre minha mudança de sigla partidária. Muitas coisas aconteceram com muita velocidade e as pessoas têm perguntado sobre minha entrada no PSDB.

É com muita satisfação que retorno ao PSDB, partido de que sempre tive muito orgulho de fazer parte e em lutar.

Agradeço a todos os meus companheiros da sigla de que participei nos últimos anos, mas retorno, e com muita satisfação, ao PSDB, para dar continuidade a minha luta e trabalho, desde o tempo em que era vereador no município de Praia Grande, pelo PSDB. Fui reeleito presidente da Câmara, vim a ser deputado estadual pelo PSDB, com muito orgulho.

Quero agradecer a todos os companheiros, tanto da sigla passada quanto neste retorno a esse partido, que tem grandes líderes. Temos propósitos para nosso Estado e País.

Um forte abraço. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

\*\*\*

- Passa-se à

## ORDEM DO DIA

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há sobre a mesa requerimento do nobre deputado Carlos Bezerra Jr., com número regimental de assinaaturas, nos termos do Art. 35 do Regimento Interno, para a constituição de uma Comissão de Representação, com a finalidade de participar, como representante, da reunião do grupo Interagência de Especialistas, sobre a implementação da Terceira Década das Nações Unidas, para a erradicação da pobreza (2018-2027), a convite da Organização das Nações Unidas, a ser realizada entre 17 e 23 de abril do corrente ano, no Centro de Conferência da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África, em Adis Abeba, Etiópia, sem ônus para este Poder.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

O SR. PEDRO KAKÁ - PODE - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 47 minutos.

\*\*\*

## 12 DE ABRIL DE 2018

## 44ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidente: DOUTOR ULYSSES

Secretário: CARLOS GIANNAZI

## RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - DOUTOR ULYSSES

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Manifesta-se indignado com decisão do Supremo Tribunal de Justiça de não encaminhar denúncia contra o ex-governador Geraldo Alckmin ao Ministério Público Federal, mas, sim, à Justiça Eleitoral de São Paulo. Considera que o político é protegido pelo Legislativo paulista e por setores do Judiciário.

3 - ORLANDO BOLÇONE

Registra que foram iniciadas as festividades de comemoração dos 50 anos da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, cuja qualidade destaca. Menciona que Augusto Cury, um dos alunos ilustres da instituição, deve participar das atividades comemorativas.

4 - CARLOS GIANNAZI

Comenta preocupação que ainda não foi nomeado novo secretário de Estado da Educação após Márcio França iniciar a troca do secretariado no Governo do Estado. Discorre sobre problemas no Magistério paulista e na Secretaria da Educação. Manifesta expectativa de que o novo secretário da pasta seja, preferencialmente, um conhecedor da área.

5 - CORONEL TELHADA

Alerta para o número de policiais militares mortos no Rio de Janeiro. Considera que as forças de Segurança no Brasil são injustiçadas e desvalorizadas. Clama pela defesa dos policiais militares.

6 - ORLANDO BOLÇONE

Para comunicação, cumprimenta o deputado Coronel Telhada pela luta em defesa da Segurança Pública. Comenta a realização da 29ª Festa do Milho, em Jaci. Adiciona que os lucros com a festividade devem ser direcionados para benfeitorias na cidade. Parabeniza os municípios de Jales e Catanduva pelos seus aniversários. Discorre sobre sua relação com a cidade de Catanduva.

7 - CORONEL TELHADA

Para comunicação, manifesta sentimento de pesar pela morte da filha do deputado Orlando Bolçone.

8 - CORONEL TELHADA

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

9 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Defere o pedido. Faz aditamento à Ordem do Dia. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 13/04, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Doutor Ulysses.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE – DOUTOR ULYSSES - PV - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convindo o Sr. Deputado Carlos Giannazi para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO – CARLOS GIANNAZI – PSOL - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

\*\*\*

- Passa-se ao

## PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, nobre deputado Doutor Ulysses, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembleia, não posso aqui deixar de registrar a minha indignação com essa decisão do STJ, da ministra do STJ, em não encaminhar a denúncia, a investigação, o processo contra o ex-governador Geraldo Alckmin para o Ministério Público Federal, para a equipe da Operação Lava Jato de São Paulo, e sim haver enviado para a Justiça Eleitoral, dando a entender que o crime praticado pelo governador é um crime menor, apenas um crime de caixa dois. E nós sabemos que não foi.

Ele é acusado, denunciado, há várias delações contra ele, tanto de 2010 quanto de 2014. Ele foi beneficiado, recebeu dinheiro de propina da Odebrecht para sua campanha eleitoral, mais de dez milhões de reais, intermediados pelo seu cunhado. Todos sabem disso, isso é público, é notório. E, no entanto, a blindagem aqui ao tucanato é tão grande que nem a Operação Lava Jato consegue investigar os tucanos em São Paulo. É um absurdo o que vem acontecendo aqui. O ex-governador Geraldo Alckmin renunciou agora ao cargo para ser candidato à Presidência da República e perdeu o foro privilegiado. Então, o processo dele tem que voltar para a 1ª instância. Ele tem que ser investigado, acabou o foro privilegiado para ele. No entanto, o STJ tomou uma decisão altamente equivocada, para não dizer outra coisa, na minha opinião e de muita gente do Brasil. Nós estamos perplexos com essa decisão de retirar da Lava Jato a investigação do Geraldo Alckmin. Um absurdo total.

O tucanato é mesmo blindado aqui em São Paulo por setores da Justiça, por setores do Ministério Público, por setores da imprensa, sobretudo da imprensa empresarial. Pela Assembleia Legislativa então, nem se fala. A Assembleia Legislativa é a que mais faz a blindagem do ex-governador Alckmin e do tucanato em geral. Nessa Assembleia Legislativa não passa nada. Em um Parlamento com 94 deputados, só 18 são de oposição.

Então, não tem fiscalização do governo. Nada é autorizado aqui, nenhuma convocação de um secretário, de um presidente de uma estatal. Um projeto de lei aqui que possa de fato beneficiar a população é obstruído pela base do governo. Há um controle total. Nenhuma CPI que de fato investigue a corrupção, o pagamento de propina, o superfaturamento de obras no estado de São Paulo é aprovada. Essas CPIs são todas obstruídas pela base do governo.

A Assembleia Legislativa é um verdadeiro “puxadinho” do Palácio dos Bandeirantes, que não fiscaliza. Temos, ainda, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Desse não precisa nem falar, até porque, também, ele está sendo investigado pela operação Lava Jato. Tem conselheiro lá dentro citado em delação premiada, como tem também deputado aqui da Assembleia Legislativa envolvido.

Queria dizer isso, é uma blindagem mesmo. O que aconteceu agora com o ex-governador Alckmin, candidato à Presidência da República, nesse seu processo apenas confirma uma denúncia que nós estamos fazendo há muitos anos, que é uma blindagem, não só da mídia e do Legislativo, mas também do Judiciário. Setores do Judiciário estão fazendo a blindagem do tucanato, do Alckmin, do Serra, do Aloysio Nunes.